

Mário Covas: discurso na votação para escolha do líder da Maioria

Em 18 de Março de 1987

Companheiros e companheiras: Permita, senhor presidente, vossa excelência em particular, que conhece esse seu companheiro e que sabe muito mais na intimidade do que de público, que às vezes chega a ser rude nas suas afirmações. Mas que tem procurado pautar a sua vida, suas atitudes, a sua conduta por uma lealdade que, atingindo as pessoas, atinge também as instituições.

Permita que neste instante, senhor presidente, eu inicie essas palavras declarando uma estranheza e associando a ela um certo inconformismo. Exatamente no dia 1º de fevereiro, instalara-se, como decorrência da vontade popular, a Assembleia Nacional Constituinte. No dia 2, os constituintes tiveram o privilégio de fazer Ulysses Guimarães o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Na terça-feira, dia 3, o presidente brindou a Casa com o seu discurso de posse e a seguir nos leu, ou determinou que o líder no Senado lesse, aquilo que por vontade das lideranças dos vários partidos, aparecia como um projeto de regulamento a vigorar até que o boneco do Regimento Interno que então também se apresentava fosse votado por essa Casa. Por demanda do próprio Plenário, o presidente deferiu na quarta-feira, dia 4, que emendas fossem apresentadas. E na quinta-feira, dia 5, depois de uma sessão frustrada no período da tarde, à noite votou-se o Regimento, ou melhor dizendo, algo denominado Resolução nº 1 da Assembleia Nacional Constituinte, a prevalecer até a votação do Regimento. No dia subsequente, isto é na sexta-feira, dia 6 de fevereiro, portanto exatamente um mês e doze dias depois, aprovava-se a redação final daquele documento. E aquele documento dizia do artigo 5º o seguinte: “As representações partidárias terão líderes e vice-líderes. Parágrafo 1º - A indicação dos líderes será feita em documento encaminhado a presidência pelas bancadas dos partidos políticos com assento na Assembleia Nacional Constituinte.”

Permita, senhor presidente, com a lealdade com a qual eu sempre lhe falei, eu manifeste aqui a minha estranheza e até diria o meu inconformismo, de tão somente um mês e doze dias depois, nós, enquanto partido majoritário da Assembleia Nacional Constituinte, cumprimos algo que a própria Assembleia Nacional Constituinte, na dimensão da sua soberania, nos definiu como tarefa imediata. É lógico que isso trouxe alguns problemas, em particular aqueles que - — não me incluo porque não considero isso nenhum tipo de constrangimento — aqueles que se consideravam como eventuais postulantes ao cargo de liderança. E que puderam assistir durante este período, com muita honra para mim e para todos nós, mas ainda assim há o arrepio do que estava decidido, essa liderança por

inexistir foi preenchida. Ocupada, e com isso se criando uma situação de fato. Graças a Deus que tenha sido feito por figuras da dimensão do líder do Senado e do líder na Câmara, Luiz Henrique.

Mas, permita que inicie as minhas palavras, embora preferisse não fazê-lo. Falando com a franqueza que normalmente ocorre entre dois interlocutores que pautam as suas relações pela amizade, começo consignando esta minha estranheza. Companheiros constituintes, eu tenho para mim e tenho sustentado esta tese de forma corrente, a mim me parece que a liderança da Constituinte tem significado que ela exista. E não foi sem razão que a própria Constituinte definiu no seu Regimento, ou no seu regulamento inicial, e posteriormente voltou a traduzi-lo no regimento definitivo. Mas, que essa liderança na Constituinte tem que ser balizada, tem que ser parametrizada segundo outros e diferentes valores do que aqueles que balizam e parametrizam a liderança da Câmara e do Senado. Num caso, temos o cotidiano. Num caso, temos um divisor de águas balizado pela dicotomia governo e oposição. No outro caso, temos o permanente, e, portanto, o permanente não pode ser balizado por nada do que seja provisório e eventual. A luta na Câmara e no Senado há de necessariamente traduzir, até pelo seu determinismo histórico, este permanente evoluir que se chama situação de oposição. É ali que a luta governo e oposição se traduz de forma permanente e sistemática.

Já na Constituinte, senhor presidente, não me diga que o objetivo é de construir algo permanente. E eu tenho para mim, e quero crer que cada constituinte ambicione o mesmo objeto, que esta Constituinte produzirá uma Constituição que há de ser mais permanente do que o período de duração de um governo. E, portanto, ela não pode ter a sua construção erigida sob parâmetros que a tornariam um instrumento, balizado por um fato temporário. Há alguns dias atrás, declarava à imprensa que não via como seria possível a presença do que se chama Aliança Democrática dentro do processo de elaboração da Constituinte. E, com surpresa, alguns homens de imprensa me perguntavam: “Por quê?”. Porque eu vejo a presença da Aliança Democrática como um fato episódico, ocorrido em função da construção da Nova República. Ocorrido a partir da sustentação do governo existente. Mas que necessariamente, por se tratarem de dois partidos de orientação doutrinária, filosófica, programática inteiramente diversa, e que portanto, necessariamente a nível da Constituinte teriam que ter seu encaminhamento separado. Vejo, senhor presidente, que a liderança a nível da Constituinte há de ser uma liderança independente do governo. Isso quer dizer, por acaso, que aquele que for escolhido líder deva se despir da sua roupagem de peemedebista, partido que necessariamente, eu não ponho dúvida a este respeito, sustenta e tem compromissos com o governo? Não, quer dizer tão somente que a elaboração da Constituição deva seguir parâmetros que são absolutamente diversos do que os

parâmetros a prevalecer na Câmara e no Senado. Vou mais adiante — não sei se deveria usar o argumento, tão direto ele é. Mas, a rigor, parece-me inclusive inconveniente que quem exercite a liderança da Constituinte tenha assento no Conselho Político do Governo. A mim me parece, senhor presidente, na medida em que vi discutindo longamente, se eventualmente aceitaria, até mesmo, alterar a legislação eleitoral para que à Constituinte tivessem acesso candidatos avulsos. E eu aceitaria que o cimento a reunir pessoas dentro da Constituinte fosse então as alianças de natureza pessoal. Mas, na medida em que isso não foi possível, ou foi rejeitado pela maioria, nós todos aqui tivemos acesso, através de um caminho que foi um caminho político. E, portanto, se há dentro da Constituinte algo a nos unir, o cimento a nos organizar, esse cimento é necessariamente o Partido Político. É este o sentido doutrinário da candidatura que sustento. É por esta razão e colocando-me neste nível de dependência, reafirmando enquanto pessoa, enquanto senador, enquanto majoritário, enquanto constituinte, que não ponho em dúvida no papel que o PMBD tem a desempenhar em relação à Nova República, em relação aos compromissos populares que este governo necessariamente há de cumprir. Seria pouco, senhores. Os companheiros acabam de ver passar por essa tribuna, sem novidade para ninguém, essa figura extraordinária de liderança, o deputado Luiz Henrique, a quem desde logo deixo consignado que, se for escolhido líder, terá neste companheiro, neste constituinte, alguém com quem contará em qualquer circunstância e para qualquer hipótese.

Mas devo declarar que esta candidatura que nasce daquela conotação doutrinária tem um sentido político muito claro. Devo recordar, senhor presidente, alguns episódios que neste curto espaço de tempo já passamos nesta Assembleia Nacional Constituinte. E, num primeiro instante, uma bancada de cerca de 250 deputados reuniram-se e decidiram, dando como referência inclusive o fato de que mais de 50% deles aqui estavam pela primeira vez, decidiram que a eleição para a Mesa da Assembleia Nacional Constituinte deveria ser feita antes da eleição da Mesa do Senado e da Mesa da Câmara. E vi esta mesma Assembleia e esta mesma bancada perplexas diante do fato de que, no dia subsequente, voltava atrás da sua decisão, diante de um fato concreto da eleição das Mesas. Me surpreende, senhor presidente, e se estiver errado realmente não serei merecedor do voto dos companheiros, eu creio que havia algo a sustentar naquela decisão. Imaginar que os parlamentares, que os congressistas que aqui estavam reunidos apenas desejavam uma inversão na ordem, por mais significado que dessem à expressão da Assembleia Nacional Constituinte quando tomaram a decisão seria percorrer superficialmente o conteúdo político dos homens e mulheres que aqui chegaram representando o povo brasileiro. Eu creio, senhor presidente, que naquele instante se votava subjacentemente, consciente ou inconscientemente, implícita ou explicitamente, em alguns outros valores. Se votava, senhor presidente, permita que o diga como companheiro que nutre por Vossa Excelência a maior admiração,

se votava contra a concentração de poderes dentro do PMDB. Se votava contra essa posição dúbia do partido em relação ao governo. Se votava por uma afirmação de natureza política, sim, mas se votava também pelo fato de que ninguém, pela credencial que aqui traz ao chegar, imagina que aqui possa ser um constituinte marginal. Votava-se pelo passado, afirmava-se pelo presente, mas, sobretudo, assumia-se um compromisso pelo futuro. No dia seguinte, senhor presidente, iniciou-se uma longa e terrível discussão a respeito da soberania da Constituinte. Quero também deixar clara, claríssima a minha posição. Já é do conhecimento do Senado, do líder do Senado e daqueles que ele convocou para discutir a matéria. Estou entre aqueles que acham que soberania, como liberdade, não se discute. Não se escreve no regimento. Ou se a possui e se a exercita, ou realmente não se a possui. No instante em que se discute a soberania, o simples fato de discuti-la coloca em dúvida a sua existência. Não cheguei aqui como jurista, até porque não o sou. Sou um engenheiro meio aposentado da sua atividade profissional. E, portanto, é nessa qualidade que falo. Aqui, estou rigorosamente como político. E, portanto, como político, o meu instinto político me diz que a Assembleia Nacional Constituinte é soberana, tudo pode. Mas, também o meu instinto político me afirma que se ela tudo pode, nem tudo ela deve. Pelo contrário, o que ela tem que fazer é usar essa soberania, exatamente para que seus objetivos sejam atingidos. Discussão impossível que haveria de terminar exatamente do jeito que terminou. Começa por discutir algo indiscutível, continua por afirmá-la e termina por uma negociação que a nega. Mas creio que naquele instante também todos aqueles que, como eu, sustentavam esta posição o faziam por uma razão adicional, além da mera discussão, que está longe de ser mera, da soberania da Constituinte. Acho que o faziam porque igualmente colocavam como problema a relação deste partido com o governo, a sua afirmação enquanto partido, a necessidade da sua discussão interna e até mesmo, senhor presidente, coisa que, em vinte anos em que fui testemunha do nascimento deste partido, pensei que teria que fazer, a discussão da sua democratização interna. No meio de tudo isso, estava presente o sentimento de cada congressista. Senhor presidente, não tenho direito, com a minha idade, avô de dois netos, tendo passado por esta Casa, exercido a liderança aos 35 anos de idade, numa circunstância difícil. Com o privilégio de ter liderado Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, tendo sido prefeito biônico da quarta cidade do mundo e tendo sido eleito agora, pela vontade do povo paulista, para a mais fundamental das tarefas políticas, o exercício da Constituinte. Não me posso dar ao luxo, senhor presidente, de não dizer o que penso. Certamente direi sempre muita coisa das coisas das quais discordarão. Mas, o que não posso é em a cada instante deixar de dizer o que eu penso. Porque isso acontece, senhor presidente? Por que fomos obrigados a discutir a soberania, senhor presidente? Por que a rigor, no dia 1º de fevereiro, ou mais precisamente no dia 31 de janeiro, a bancada se reunia para inverter a votação? Porque a rigor, senhor presidente, a despeito de termos 305 Constituintes, aqui chegamos sem sequer uma proposta concreta

peemedebista para o Regimento Interno. Aqui chegamos sem sequer uma discussão prévia do que era nossa ideia de Constituinte e o que era nossa ideia de soberania. Aqui chegamos, senhor presidente, e estamos hoje, depois de termos votado o Regimento Interno, ainda sem saber se este partido é presidencialista ou parlamentarista. Senhor presidente, fiquei muito honrado pelas referências feitas a mim pelo deputado Luiz Henrique e as credito à generosidade com que sempre age. Quero dizer, senhor presidente, que tenho conhecimento das dificuldades que se me antepõe para ocupar este cargo. Sou senador, muitos dizem, e sou paulista, outros afirmam. Eis aí duas características que eu não sei se são qualidades ou defeitos, mas das quais na realidade eu não posso me libertar. O povo me fez senador, meus pais me fizeram paulista. Não se tratou de uma escolha própria. Mas peço a Deus que em toda a minha vida política eu não seja excluído por ser portador destas duas qualificações. Houve instante, senhor presidente, e isso me comove, que um companheiro se acercou de mim e disse: “Há algo que pesa sobre a sua reivindicação”. Acabo de ouvir ele dizer que ela tem uma inspiração extracongressual, com o objetivo de dividir o PMBD. Eu não tenho uma história política melhor do que a de ninguém. Mas eu tenho uma história de lealdade a este partido e disputo com quem quer que seja. Eu vi ele nascer. Eu o vi crescer. Eu vi e aprendi com figuras extraordinárias com as quais aqui convivi. Como esta figura humana de dimensão profunda que se chama Martins Rodrigues, homem cuja vida decorreu exatamente percorrendo o caminho inverso do que percorrem as sociedades e a maioria dos políticos. As sociedades nascem estoicas e morrem epicuristas. Os homens nascem progressistas em geral e envelhecem conservadores. Vi Martins Rodrigues carregado por seus filhos e genros a portar uma bandeira de luta já em idade avançada, com uma dignidade e uma grandeza extraordinária. Vi homens como Edgar da Matta Machado e tive o privilégio e a honra de ter como vice-líder um destes homens que já encontrou a sintonia da sua verdade e que, portanto, não precisa do grito para transmitir o que pensa. Está em paz consigo próprio. Vi figuras como Pedroso Horta percorrer e escrever as últimas páginas da sua biografia saber por antecipação da sua morte, com gestos de profunda grandeza. Vi um homem negro chorar desta Tribuna, por não compreender que a violência tinha se abatido sobre ele. Ele, que se chamava Guerreiro Ramos, que a violência lhe cortará o pescoço de algo que, menos do que a si, pertencia ao povo. Vi homens cujos ossos são recobrados agora, como Rubens Paiva. Mas vi sobretudo, senhor presidente, e faço questão de afirmá-lo hoje, vi sobretudo entre todos estes homens, essa figura extraordinária que pela vontade do povo chegou a presidência da República. E com uma tal grandeza moral e política, e sem sequer encostar a mão no Poder, foi capaz de promover a dignidade, a verticalidade a este povo, que se chamou Tancredo Neves. Vi grandes figuras, mas vi um homem que como ninguém interpretou neste período e sintetizou neste período a resistência democrática. Vi esse homem em várias sagas, em verdadeiras epopeias. Vi enfrentar em Salvador patas de cavalos e

dentadas de cachorro. O vi sintetizar na figura da anticandidatura toda a esperança de luta com que crescia esse povo. O vi sobretudo cunhar uma frase que ao longo do tempo e um gesto de afirmação: “Navegar é preciso, viver não é preciso”. Não seria decente de minha parte, senhor presidente, nem honesto a quem não pode escapar de ser honesto, sobretudo neste momento, deixar de dizer a Vossa Excelência que discordo, como já lhe disse pessoalmente, de que ocupando Vossa Excelência a presidência da Assembleia Constituinte permanece simultaneamente na presidência do Partido. Não encontro a perseguir todos os quadros partidários alguém que tenha todas as qualificações que Vossa Excelência possui. Mas não seria justo se eu não dissesse neste instante que, entre um homem mais capaz e um mais disponível, o mais disponível neste instante presta mais serviços a este partido.

Por todas estas razões, sou candidato a liderança da Constituinte. Ontem, um companheiro me lembrava uma frase de Tancredo Neves, que disse certa vez: “Prestígio vem se protestar na hora das eleições”. As pessoas me perguntam por que em fase de uma eleição eventual, que como me favoreceu ontem, da mesma forma pode me desfavorecer amanhã, eu estaria arriscando tanto numa parada como esta. Em primeiro lugar, porque não é desonra para ninguém perder uma eleição para alguém da dimensão de Luiz Henrique. Em segundo lugar, porque assim seria muito cômodo pendurar num quadro na minha sala o diploma que recebi da Justiça Eleitoral e daqui para frente negar-me a qualquer confronto. Exatamente por ter essa votação, senhor presidente, e na defesa destas ideias e destes objetivos é que eu tenho que me colocar em risco. É exatamente por isso, é exatamente porque o combate que vale a pena ser travado é o bom combate. Por isso, senhor presidente, eu deixo aqui na mão dos congressistas a decisão e a interpretação de que este congressista com o vínculo que possui com este partido, com a sua direção e com todos os companheiros, desde logo afirma com absoluta e total convicção que seja qual for a decisão contará com este senador como modesto soldado nesta luta do povo brasileiro.